

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
SOBRE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO AGRÍCOLA**

ENTRE

**O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA REPUBLICA PORTUGUESA**

E

**O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA PESCA MARÍTIMA DO REINO DE
MARROCOS**

7

A. .

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
SOBRE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO AGRÍCOLA
ENTRE
O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
E
O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA PESCA MARÍTIMA DO REINO
DE MARROCOS**

O Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território da República Portuguesa, de uma parte;

E

O Ministério da Agricultura e da Pesca Marítima do Reino de Marrocos, de outra parte, adiante designados « Signatários»;

Considerando a vontade de reforçar e aprofundar a cooperação agrícola entre Portugal e Marrocos, bem como entre a União Europeia e Marrocos, e em particular, no quadro da União para o Mediterrâneo;

Reconhecendo o papel determinante da cooperação no domínio agrícola e do reforço das relações bilaterais entre os dois países;

Tendo a vontade de promover atividades de cooperação frutuosa entre os dois países no domínio agrícola inserindo-se no quadro da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia e da política agrícola portuguesa, bem como na implementação do Plano Marrocos Verde;

Reafirmando a vontade de reforçar e alargar os horizontes de cooperação bilateral tendo em vista os interesses e objetivos comuns no domínio agrícola;

Considerando o papel central desempenhado pela agricultura na economia, na sociedade e no desenvolvimento sustentável dos territórios da República Portuguesa e do Reino de Marrocos;

Reconhecendo a similitude das preocupações e dos desafios que os dois países partilham em matéria de desenvolvimento agrícola, rural e territorial e de promoção da qualidade diferenciada dos produtos agrícolas e agroalimentares;

Reconhecendo a importância da inovação, da formação, da investigação agronómica e do papel do capital humano no desenvolvimento do espaço rural e das fileiras agroalimentares;

Reconhecendo a importância da produção vegetal e animal e da luta integrada contra os inimigos das culturas na promoção da segurança alimentar;

Acreditando no reforço, numa base de reciprocidade e de interesse mútuo, da cooperação e do intercâmbio entre as administrações respetivas, dos operadores públicos e das empresas que operam nos domínios da agricultura, e no desenvolvimento das principais fileiras agroalimentares;

Celebram o Memorando de Entendimento, cujos termos são definidos como segue:



Cláusula 1

Objeto da Cooperação

Os Signatários decidem estabelecer um um Memorando de Entendimento em matéria de reforço das relações bilaterais no domínio agroalimentar, desenvolvimento do espaço rural, das regiões de montanha e da valorização dos produtos regionais, no domínio da inovação e investigação, do reforço da capacidade de produção agrícola, agroalimentar e de proteção das culturas, ao nível dos dois países.

Os Signatários concentrar-se-ão principalmente nos produtos agroalimentares considerados mais estratégicos no quadro bilateral, compreendendo, entre outros, a fileira oleícola, respeitante ao olival e azeite; o sector hortofrutícola; os produtos lácteos bem como os produtos de qualidade certificada, Indicações Geográficas e modos de produção biológica. Em matéria de segurança alimentar, os Signatários decidem aplicar os meios necessários para melhorar a produção vegetal, animal, a proteção das culturas, no quadro das normas sanitárias e fitossanitárias, tendo em conta o aumento das trocas comerciais agrícolas

Cláusula 2

Autoridades Competentes

As autoridades competentes encarregadas da implementação do presente Memorando de Entendimento são as seguintes:

Pelo Signatário português, a Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, e

Pelo Signatário marroquino, o Ministro da Agricultura e da Pesca Marítima.

Cláusula 3

Domínios da Cooperação

Os Signatários decidem cooperar e promover o intercâmbio de experiências, de peritos governamentais e não governamentais e de especialistas, em particular nos domínios seguintes:

- 1- Intercâmbio entre os dois países em matéria de desenvolvimento do espaço rural, das regiões de montanha e da valorização dos produtos regionais, através de:
 - Projetos agrícolas e agroindustriais;
 - Atividades geradoras de rendimentos;

- Atividades de informação e divulgação;
 - Projetos integrados de desenvolvimento rural.
- 2- Apoio bilateral à inovação através do intercâmbio em matéria de:
- Investigação agronómica;
 - Formação técnica profissionalizante;
 - Ensino superior agrícola;
 - Sinergias entre o ensino – Investigação e Desenvolvimento;
 - Reforço dos laços e sinergias entre a investigação e o desenvolvimento.
- 3- Reforço das capacidades de cada um dos países nos domínios agrícola e agroalimentar *via*:
- Intercâmbio de experiências entre os dois países em matéria de investigação e desenvolvimento agrícola e agroalimentar;
 - Intercâmbio de informações e de peritos entre os dois países em matéria de Controlo e promoção da qualidade dos produtos agrícolas e agroalimentares;
 - Intercâmbio de visitas entre as empresas, associações profissionais e cooperativas agrícolas atores das principais fileiras agrícolas e agroalimentares dos dois países;
 - Reforço da cooperação entre os organismos e instituições marroquinas e portuguesas que operam nos setores agrícolas e agroalimentares;
 - Reforço dos laços e sinergias ao nível da investigação e desenvolvimento agrícola e agroalimentar.

Cláusula 4

Modalidades de cooperação

Os Signatários cooperarão nos domínios citados acima, de comum acordo. Esta cooperação poderá revestir as seguintes formas:

- Intercâmbio de visitas entre peritos dos Signatários;
- Desenvolvimento de intercâmbio de boas práticas;
- Desenvolvimento de redes temáticas entre os investigadores e os atores do sistema de investigação-ensino-desenvolvimento;
- Reforço das atividades de promoção dos produtos agrícolas e agroalimentares dos dois países.

→

AK

Cláusula 5

Aspectos financeiros

O presente Memorando de Entendimento não implica o compromisso de transferência de fundos entre os Signatários ou de qualquer outro encargo financeiro , dependendo exclusivamente da disponibilidade orçamental de cada um dos Signatários.

Cláusula 6

Legislação

Todas as atividades mencionadas no presente Memorando de Entendimento serão submetidas ao direito interno em vigor na República Portuguesa e no Reino de Marrocos.

Cláusula 7

Resolução de Litígios

Qualquer litígio relativo à interpretação ou à aplicação deste Memorando de Entendimento será dirimido através de negociação entre os Signatários.

Cláusula 8

Produção de efeitos

O presente Memorando de Entendimento produzirá efeitos à data da sua assinatura e é válido por um período de 4 (quatro) anos e renovável tacitamente por iguais períodos, salvo decisão em contrário dos Signatários.

O presente Memorando de Entendimento cessará os seus efeitos quando um dos Signatários manifeste essa vontade notificando a outra pela via diplomática.



Cláusula 9

Alterações

O presente Memorando de Entendimento poderá, a qualquer momento, por comum acordo, ser modificado por qualquer dos Signatários pela via diplomática.

Feito em Meknès, a 27 de Abril de 2013 em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa, árabe e francesa.

Em caso de divergência de interpretação o texto francês prevalecerá.

**O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE E DO
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
DA REPUBLICA PORTUGUESA**



Assunção CRISTAS
A Ministra da Agricultura, do Mar, do
Ambiente e do Ordenamento do Território
da República Portuguesa

**O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E
DA PESCA MARÍTIMA DO REINO
DE MARROCOS**



Aziz AKHANNOUCH
O Ministro da Agricultura e da Pesca Marítima
do Reino de Marrocos

MÉ MORANDUM D'ENTENTE

SUR LA COOPERATION DANS LE DOMAINE AGRICOLE

ENTRE

**LE MINISTERE DE L'AGRICULTURE, DE LA MER, DE
L'ENVIRONNEMENT ET DE L'AMENAGEMENT DU TERRITOIRE
DE LA REPUBLIQUE PORTUGAISE**

ET

**LE MINISTERE DE L'AGRICULTURE ET DE LA PECHE
MARITIME DU ROYAUME DU MAROC**

7

ac.

MÉMORANDUM D'ENTENTE

SUR LA COOPERATION DANS LE DOMAINE AGRICOLE

ENTRE

**LE MINISTERE DE L'AGRICULTURE, DE LA MER, DE
L'ENVIRONNEMENT ET DE L'AMENAGEMENT DU TERRITOIRE DE LA
REPUBLIQUE PORTUGAISE**

ET

**LE MINISTERE DE L'AGRICULTURE ET DE LA PECHE MARITIME DU
ROYAUME DU MAROC**

Le Ministère de l'Agriculture, de la Mer, de l'Environnement et de l'Aménagement du Territoire de la République Portugaise, d'une part ;

Et

Le Ministère de l'Agriculture et de la Pêche Maritime du Royaume du Maroc, d'autre part ;

Ci-après dénommés « Signataires » ;

Considérant la volonté de renforcer et d'approfondir la coopération entre le Portugal et le Maroc, bien comme entre l'Union Européenne et le Maroc, et notamment, dans le cadre de l'Union Pour la Méditerranée ;

Reconnaissant le rôle majeur de la coopération dans le domaine agricole et dans le renforcement des relations bilatérales entre les deux pays ;

Ayant la volonté de promouvoir les activités de coopération fructueuse entre les deux pays dans le domaine agricole et s'inscrivant dans le cadre de la Politique agricole commune (PAC) de l'Union Européenne et de la politique agricole portugaise, ainsi que de la mise en œuvre du Plan Maroc Vert ;

Réaffirmant la volonté de renforcer et d'élargir les horizons de coopération bilatérale au profit des intérêts et objectifs en communs dans le domaine agricole ;

Considérant le rôle central joué par l'agriculture dans l'économie, la société et le développement durable des territoires de la République Portugaise et du Royaume du Maroc;

➤

AC

Reconnaissant la similitude des préoccupations et des défis que les deux pays partagent en matière de développement agricole, rural et territoriale et de la promotion de la qualité différenciée des produits agricoles et agroalimentaires ;

En reconnaissant l'importance de l'innovation, de la formation, de la recherche agronomique et du rôle des ressources humaines dans le développement de l'espace rural et des filières agroalimentaires ;

En reconnaissant de rôle fondamental de la production végétale et animal et de la lutte intégrée contre les ennemies des cultures dans la promotion de la sécurité alimentaire ;

Croyant au renforcement, sur une base de réciprocité et d'intérêt mutuel, de la coopération et des échanges entre les administrations compétentes, les opérateurs publics et les entreprises opérant dans les domaines de l'agriculture, et du développement des principales filières agroalimentaires ;

Concluent le Mémoire d'Entente dont les termes sont définis comme suit :

Clause 1

Objet de la Coopération

Les Signataires conviennent d'établir un Mémoire d'Entente en matière de renforcement des relations bilatérales dans le domaine agroalimentaire, développement de l'espace rural, des zones de montagnes et de la valorisation des produits de terroirs, dans le domaine de l'innovation et recherche, du renforcement des capacités de production agricole, agroalimentaire et de protection des cultures, au niveau des deux pays .

Les Signataires s'occuperont notamment des produits agroalimentaires considérés plus stratégiques dans le cadre bilatéral, y compris, entre autres, la filière oléicole, concernant l'oléiculture, et l'huile d'olive; le secteur des fruits et des légumes; les produits laitiers et bien ainsi les produits de qualité certifiée, Indications Géographiques et formes de production biologique. En matière de sécurité alimentaire, les Signataires conviennent de mettre en place les moyens nécessaires pour améliorer la production végétale, animale, la protection des cultures, dans le cadre des normes sanitaires et phytosanitaires, en tenant compte de l'augmentation des échanges agricoles.

>

Ar.

Clause 2

Autorités Compétentes

Les autorités compétentes chargées de la mise en œuvre de ce Mémorandum d'Entente (ME) sont les suivantes :

- Pour le Signataire Portugais, la Ministre de l'Agriculture, de la Mer, de l'Environnement et de l'Aménagement du Territoire, et
- Pour le Signataire Marocain, le Ministre de l'Agriculture et de la Pêche Maritime.

Clause 3

Domaines de la Coopération

Les Signataires conviennent de coopérer et promouvoir l'échange d'expériences, des experts gouvernementaux et non gouvernementaux et des spécialistes, en particulier dans les domaines suivants :

- 1- Echanges entre les deux pays en matière de développement de l'espace rural, des zones de montagnes et de valorisation des produits de terroir à travers des :
 - Projets agricoles et agroindustriels ;
 - Activités génératrices de revenus ;
 - Activités d'information et promotion ;
 - Projets intégrés de développement rural.

- 2- Appui bilatérale à l'innovation à travers les échanges en matière de :
 - Recherche agronomique ;
 - Formation technique professionnelle ;
 - Enseignement supérieur agricole ;
 - Synergies entre l'enseignement – recherche et développement ;
 - Le renforcement des liens et synergies entre la recherche et développement.

- 3- Renforcement des capacités des deux pays dans le domaine, agricole et agroalimentaire via :
 - Echange d'expérience entre les deux pays en matière de recherche et développement agricole et agroalimentaire;
 - Echange d'informations et d'expertise entre les deux pays en matière de Contrôle et promotion de la qualité des produits agricoles et agroalimentaires ;

- Echange de visite entre les entreprises, associations professionnelles et coopératives agricoles acteurs des principales filières agricoles et agroalimentaires des deux pays ;
- Renforcement de la coopération entre les organismes et institutions portugais et marocains opérant dans les secteurs agricoles et agroalimentaires ;
- Renforcement des liens et synergies au niveau de la recherche et développement agricole et agroalimentaire.

Clause 4

Modalités de coopération

Les Signataires coopéreront dans les domaines, cités ci-dessus, en commun accord. Cette coopération pourrait être sous forme de :

- Echanges de visites entre les experts des Signataires ;
- Développement d'échanges de pratiques ;
- Développement de réseaux thématiques entre les chercheurs et les acteurs du dispositif recherche-enseignement-développement ;
- Renforcement des activités de promotion des produits agricoles et agroalimentaires des deux pays.

Clause 5

Aspects financiers

Ce Mémorandum d'Entente n'implique pas l'engagement de transférer des fonds entre les Signataires ou toute autre activité coûteuse, dépendant exclusivement des disponibilités budgétaires de chacune des Signataires.

Clause 6

Législation

Toutes les activités mentionnées dans le présent Mémorandum d'Entente seront soumises au Droit interne en vigueur dans la République Portugaise et le Royaume du Maroc.

>

AC.

Clause 7

Règlement des différends

Tout différend portant sur l'interprétation ou sur l'application de ce Mémoire d'Entente sera résolu par négociation entre les Signataires.

Clause 8

Production d'Effets

Le présent Mémoire d'Entente produira ses effets à la date de sa signature et restera valable pour une période de 4 (quatre) ans et renouvelable par tacite reconduction pour des périodes identiques, sauf décision contraire des Signataires.

Le présent Mémoire d'Entente cessera de produire ses effets quand l'un des Signataires manifeste sa volonté, notifiant l'autre par voie diplomatique.

Clause 9

Changements

Le présent Mémoire d'Entente pourra être modifié, à tout moment, par commun accord des Signataires par voie diplomatique.

Fait à Meknès, le 27 Avril 2013 en deux exemplaires originaux, en langues portugaise, arabe, et française.

En cas de divergence d'interprétation, le texte français prévaudra.

Pour
le Ministère de l'Agriculture, de la Mer,
de l'Environnement et de
l'Aménagement du Territoire de la
République Portugaise



Assunção CRISTAS

Ministre de l'Agriculture, de la Mer, de
l'Environnement et de l'Aménagement du
Territoire

Pour
le Ministère de l'Agriculture et de la
Pêche Maritime du Royaume
du Maroc



Aziz AKHANNOUCH

Ministre de l'Agriculture et de la Pêche
Maritime

مذكرة تفاهم

حول التعاون في المجال الفلاحي

بين

وزارة الفلاحة والبحر والبيئة وإعداد التراب
بالجمهورية البرتغالية

ووزارة الفلاحة والصيد البحري بالمملكة المغربية

7
Ae.

مذكرة تفاهم
حول التعاون في المجال الفلاحي
بين
وزارة الفلاحة والبحر والبيئة وإعداد التراب بالجمهورية البرتغالية
ووزارة الفلاحة والصيد البحري بالمملكة المغربية

إن وزارة الفلاحة والبحر والبيئة وإعداد التراب بالجمهورية البرتغالية من جهة؛
ووزارة الفلاحة والصيد البحري بالمملكة المغربية من جهة أخرى؛
المشار إليهما فيما بعد بـ "الموقعان"؛

اعتبارا لإرادة تقوية وتعميق التعاون بين البرتغال والمغرب وكما هو الشأن بين
المغرب و الإتحاد الأوروبي، وخصوصا، في إطار الإتحاد من أجل المتوسط؛
وتقديرًا للدور الهام الذي يضطلع به التعاون، في المجال الفلاحي وفي تقوية الروابط
الثنائية بين البلدين؛

رغبة منهما في دعم أنشطة التعاون المثمر بين البلدين في المجال الفلاحي وإدراجها
في إطار السياسة الفلاحية المشتركة للإتحاد الأوروبي والسياسة الفلاحية للبرتغال،
وفي إطار تفعيل مخطط المغرب الأخضر؛

وتأكيدا منهما لإرادة تقوية وتوسيع آفاق التعاون الثنائي من أجل تحقيق المصالح
والأهداف المشتركة في الميدان الفلاحي؛

واعتبارا للدور المركزي الذي تلعبه الفلاحة في النهوض بالمجال الاقتصادي
والاجتماعي والتنمية المستدامة للمناطق بالجمهورية البرتغالية والمملكة المغربية ؛

واعترافا بالاهتمامات المشتركة والتحديات التي يتقاسمها البلدان فيما يتعلق بالتنمية
الفلاحية والقروية والمجالية ودعما للجودة المتنوعة للمنتجات الفلاحية وللصناعات
الغذائية؛

واعترافا منهما بأهمية الابتكار والتكوين والبحث الزراعي وبدور الموارد البشرية
في تنمية المجال القروي وسلاسل الإنتاج المتعلقة بالصناعات الغذائية؛

7

AR

وتأكيدا على الدور الأساسي للإنتاج النباتي والحيواني والمحاربة المندمجة لأعداء المحاصيل في دعم الأمن الغذائي؛ وإيماننا منهما في تقوية التعاون والمبادلات بين الإدارات المعنية والفاعلين العموميين والشركات المتخصصة في مجال الفلاحة وتنمية السلاسل الغذائية الرئيسية، على أسس المعاملة بالمثل والمصالح المتبادلة.

يبرمان مذكرة التفاهم حسب الضوابط المنصوص عليها فيما يلي :

البند الأول موضوع التعاون

يتفق الموقعان على وضع مذكرة تفاهم، فيما يخص تقوية العلاقات الثنائية في ميدان الصناعات الغذائية وتنمية المجال القروي والمناطق الجبلية وتثمين المنتوجات الفلاحية المحلية، في ميدان الابتكار والبحث و تقوية مؤهلات الإنتاج الفلاحي والصناعات الغذائية وحماية المحاصيل في كلا البلدين.

سيولي الموقعان اهتماما خاصا بمنتوجات الصناعات الغذائية ذات الصبغة الإستراتيجية في الإطار الثنائي، بما فيها على سبيل المثال، سلسلة الزيتون في الجانب المتعلق بالضيعات وبزيت الزيتون، ومجال الفواكه والخضروات، والمواد الحليبية، وكذلك المواد المعترف بوجودتها، والمؤشرات الجغرافية، وأشكال المنتوجات البيولوجية.

يتفق الموقعان، فيما يتعلق بالأمن الغذائي، على توفير الوسائل والإمكانيات الضرورية من أجل تطوير وتحسين الإنتاج النباتي والحيواني وحماية المحاصيل في إطار المعايير الصحية وتلك المتعلقة بالصحة النباتية مع الأخذ بعين الاعتبار رفع مستوى المبادلات الفلاحية .

البند الثاني السلطات المختصة

إن السلطات المختصة، المكلفة بتفعيل مذكرة التفاهم هذه، هي:

- فيما يخص الموقع البرتغالي، وزيرة الفلاحة والبحر والبيئة وإعداد التراب ؛
- فيما يخص الموقع المغربي، وزير الفلاحة والصيد البحري.

7

AC

البند الثالث مجالات التعاون

يتفق الموقعان على التعاون ودعم تبادل الخبرات والخبراء الحكوميين وغير الحكوميين والمختصين، لاسيما في الميادين التالية:

1- التبادل بين البلدين فيما يتعلق بتنمية المجال القروي والمناطق الجبلية وتثمين المنتوجات المحلية عبر:

- مشاريع فلاحية ومشاريع الصناعات الفلاحية؛
- مشاريع مدرة للدخل؛
- أنشطة إعلامية وترويجية؛
- مشاريع مندمجة للتنمية القروية.

2- الدعم الثنائي للابتكار عبر التبادل فيما يخص:

- البحث الزراعي؛
- التكوين التقني المهني؛
- التعليم العالي الفلاحي.
- دعم التكامل بين التعليم - البحث والتنمية؛
- توطيد العلاقات بين البحث والتنمية.

3- تقوية إمكانيات البلدين في الميدان الفلاحي والصناعات الغذائية عن طريق:

- تبادل التجارب بين البلدين فيما يخص البحث والتنمية الفلاحية والصناعات الغذائية؛
- تبادل المعلومات والخبرات بين البلدين فيما يخص المراقبة ودعم جودة المواد الفلاحية ومواد الصناعة الغذائية؛
- تبادل الزيارات بين الشركات والجمعيات المهنية والتعاونيات الفلاحية الفاعلة في أهم السلاسل الفلاحية والصناعات الغذائية في كلا البلدين؛
- تقوية التعاون بين الهيئات والمؤسسات المغربية والبرتغالية العاملة في الميدان الفلاحي وميدان الصناعات الغذائية؛
- تقوية العلاقات والتكامل على مستوى البحث والتنمية الفلاحية والصناعات الغذائية.

7

pe.

البند الرابع أشكال التعاون

يتعاون الموقعان في المجالات، المذكورة أعلاه، باتفاق مشترك. ويمكن لهذا التعاون أن يتم من خلال الأشكال التالية:

- تبادل الزيارات بين خبراء الموقعين؛
- تنمية تبادل الممارسات؛
- تطوير الشبكات الموضوعاتية بين الباحثين والفاعلين في ميدان البحث والتعليم والتنمية؛
- تقوية أنشطة الترويج للمنتجات الفلاحية وتلك المتعلقة بالصناعات الغذائية لكلا البلدين.

البند الخامس المسائل المالية

لا يترتب عن مذكرة التفاهم هذه أي تعهد بتحويل أموال بين الموقعين أو أي نشاط آخر مكلف، ويعتمد حصريا على الإمكانيات المالية المتاحة لكليهما.

البند السادس التشريع

تخضع جميع الأنشطة المشار إليها في مذكرة التفاهم هذه للقانون الداخلي المعمول به بالجمهورية البرتغالية وبالمملكة المغربية.

البند السابع تسوية الخلافات

تتم تسوية كل خلاف متعلق بتأويل أو تطبيق مذكرة التفاهم هذه عن طريق المفاوضات بين الموقعين.

7

البند الثامن السريان

يسري مفعول مذكرة التفاهم هذه من تاريخ التوقيع عليها، وتظل سارية المفعول لمدة أربع (4) سنوات، تجدد تلقائيا لنفس المدد، ما لم يقرر الموقعان خلاف ذلك.

يتوقف سريان مفعول مذكرة التفاهم هذه عند رغبة أحد الموقعين مع إيلاغ الموقع الآخر عن طريق القناة الدبلوماسية.

البند التاسع التعديلات

يمكن تعديل مذكرة التفاهم هذه، في أي وقت، باتفاق مشترك بين الموقعين عن طريق القناة الدبلوماسية.

حررت بمكناس بتاريخ 27 أبريل 2013، في نظيرين أصليين، باللغات العربية والبرتغالية والفرنسية، وفي حالة الاختلاف في التأويل يرجح النص الفرنسي.

عن
وزارة الفلاحة والصيد البحري
بالمملكة المغربية



عزيز أحنوش
وزير الفلاحة والصيد البحري

عن
وزارة الفلاحة والبيئة
وإعداد التراب بالجمهورية البرتغالية



أسونساو كريستاس
وزيرة الفلاحة والبيئة
وإعداد التراب بالجمهورية البرتغالية